



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA-TO
CURSO DE PEDAGOGIA**

ADUSLENE GOMES OLIVEIRA

**AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL E O
ESTIGMA DO FRACASSO ESCOLAR**

**MIRACEMA DO TOCANTINS / TO
2019**

ADUSLENE GOMES OLIVEIRA

AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL E O
ESTIGMA DO FRACASSO ESCOLAR.

Monografia foi avaliada e apresentada à
UFT – Universidade Federal do Tocantins
– Campus Universitário de Miracema,
Curso de Pedagogia para obtenção do
título de Licenciatura em Pedagogia e
aprovada em sua forma final pela
Orientadora e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Dra. Brigitte Ursula Stach-Haertel

MIRACEMA DO TOCANTINS / TO

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- O48d Oliveira, Adiuslene Gomes.
As dificuldades de aprendizagem no Ensino Fundamental e o estigma do Fracasso Escolar. / Adiuslene Gomes Oliveira. – Miracema, TO, 2019.
44 f.
- Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2019.
Orientador: Brigitte Ursula Stach-Haertel
1. Formação de Professores. 2. Fracasso Escolar. 3. Dificuldade de Aprendizagem. 4. Práticas Pedagógicas. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).


ADUSLENE GOMES OLIVEIRA

AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL E O
ESTIGMA DO FRACASSO ESCOLAR

Monografia foi avaliada e apresentada à
UFT – Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus de Miracema, Curso de
Pedagogia, para obtenção do título de
Licenciada e aprovada em sua forma final
pela Orientadora e pela Banca
Examinadora.

Data de Aprovação 25/11/2019.

Banca Examinadora:



Prof.ª Dr.ª Brigitte Ursula Stach Haertel, Orientadora, UFT



Prof.ª Dr.ª Ana Corina Machado Spada, Examinadora, UFT



Prof.ª Dr.ª Deodete Maria das Neves Schmitt, Examinadora, UFT

A Deus, o que seria de mim sem a sua proteção e o seu cuidado. Aos meus pais, Adilson e Valdirene, que sempre me apoiaram e acreditaram em mim, a minha irmã Adilvana e ao Marcus por sempre estarem ao meu lado, amo muito vocês.

AGRADECIMENTOS

Começo por agradecer a Deus por, ter me dado sempre saúde e força para conquistar mais um sonho. A minha família por terem sido meu porto seguro nessa trajetória. As minhas amigas acadêmicas: Lucimeire, Ivanildes e Maria Aparecida por, terem contribuído na minha formação. À Professora Dra. Brigitte Ursula pelo comprometimento e competência nas orientações concedidas no decorrer desta pesquisa. À Professora Doutora Deodete Maria e a Professora Doutora Ana Corina por terem aceitado o convite em participar da banca de defesa.

Aos mestres do curso de Pedagogia do *Campus* Universitário de Miracema da Universidade Federal do Tocantins, que contribuíram diretamente para meu processo de formação pessoal e profissional.

RESUMO

O fracasso escolar é uma realidade vivenciada pela escola, que tem desafiado o sistema educacional, e dificultado a vida de estudantes que têm feito parte desse processo de ensino e aprendizagem. Considerando essa realidade, este estudo buscou analisar o que se entende por fracasso escolar, para a partir de então, identificar as principais causas e as consequências desse fenômeno tão danoso às pessoas que são atingidas por ele. No decorrer da pesquisa bibliográfica, verificou-se que são vários os fatores que interferem no processo de ensino e aprendizagem, ocasionando a reprovação, a evasão, ou mesmo uma aprendizagem com aquisição de conhecimentos abaixo do esperado para o nível de cada série. Dentre os fatores identificados estão os distúrbios de aprendizagem como dislexia, a disgrafia e a discalculia que são dificuldades próprias do aluno, e a dificuldade de aprendizagem que pode estar relacionada as práticas pedagógicas. A partir destas variáveis, ocorre o denominado fracasso escolar, em que o maior afetado é o aluno, bem como por consequência a sociedade de forma geral, que é formada em parte por classes de pessoas menos favorecidas, por não ter o conhecimento necessário para atuar de forma ativa no meio social e reivindicar seus direitos de cidadão. Diante dessa realidade, ficou evidente a necessidade da efetivação de políticas públicas educacionais, que funcionam de fato e revertam esse quadro, para que todos os alunos tenham acesso e permanência a uma educação de qualidade, que os atendam de acordo com sua realidade independentemente de suas dificuldades de aprendizagem.

Palavras-chave: Educação. Intervenção pedagógica. Insucesso escolar.

ABSTRACT

School failure is a reality experienced by the school, which has challenged the educational system and made the lives of students who have been part of this teaching and learning process difficult. Considering this reality, this study sought to analyze what is meant by school failure, and from then on, identify the main causes and consequences of this phenomenon so harmful to people who are affected by it. During the bibliographic research, it was found that there are several factors that interfere in the teaching and learning process, causing failure, dropout, or even learning with knowledge acquisition below the expected level for each grade. Among the identified factors are learning disorders such as dyslexia, dysgraphia and dyscalculia that are the student's own difficulties, and the learning difficulty that may be related to pedagogical practices. Thus happens the so-called school failure, in which the most affected is the student, and then comes the society in general, which is formed in part by classes of underprivileged people, for not having the necessary knowledge to act in a way. active in the social environment and claim their citizenship rights. Given this reality, it became evident the need for effective public education policies, which actually work and reverse this situation, so that all students have access to a quality education that meets their reality, and regardless of their learning disability.

Keywords: Education. Pedagogical intervention. School failure.

SIGLAS

LDB	Diretrizes de Bases da Educação Nacional.
PNE	Plano Nacional de Educação.
UFT	Universidade Federal do Tocantins.

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.2 Percorso metodológico	11
2 FRACASSO ESCOLAR: DELIMITANDO UM CONCEITO	13
3 FRACASSO ESCOLAR: ENTRE OS DISTURBIOS E AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM.....	19
4 O FRACASSO ESCOLAR NO BRASIL	24
5 OS IMPACTOS DO FRACASSO ESCOLAR NA TRAJETÓRIA DISCENTE: POSSÍVEIS CAUSAS E SUAS PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS.....	30
6 O FRACASSO ESCOLAR E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	35
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

A questão do fracasso escolar tem sido um tema recorrente no sistema educacional da atualidade, sendo empregado tanto para tratar especificamente de casos de retenção, quanto das dificuldades de aprendizagem próprias ao processo pedagógico da construção de saberes. Estes enganos, bastante comuns às práticas pedagógicas, não contribuem para o enfrentamento efetivo do "fracasso" em toda a sua complexidade e exige dos pedagogos um conhecimento específico.

A responsabilidade pelo "fracasso" não pode ser atribuída apenas ao alunado, levando em conta uma suposta conduta escolar inadequada, seja ela da parte do próprio discente, seja ela dirigida aos seus responsáveis. Embora às vezes existam as justificativas, neste sentido, tais como a "preguiça", o "mau comportamento", a falta de interesse, a falta de atenção, a falta de concentração; em outros casos há falta de acompanhamento da família nos estudos das crianças e dos adolescentes.

No entanto, ao analisar as possíveis causas das dificuldades de aprendizagem, é importante levar em conta a diversidade de fatores que possam influenciar no fato do aluno não alcançar o sucesso acadêmico esperado, entre os quais destacam-se: o social, o afetivo, o cultural e mais especificamente o cognitivo. Sendo Assim os objetivos central desse trabalho são: conhecer diferentes conceitos de fracasso Escolar, Identificar possíveis distúrbios de aprendizagem e diferencia-los das dificuldades de aprendizagem e compreender algumas práticas que influenciam para o insucesso Escolar.

Assim, a partir do interesse em compreender o fracasso escolar e os seus principais impactos no Ensino Fundamental foi realizada uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em alguns autores que se debruçaram sobre a temática na busca de esclarecer pontos relevantes, aproximando-nos de nosso interesse central pelas dificuldades de aprendizagem dos alunos nos anos iniciais de sua escolarização.

As escolas de Ensino Fundamental, em especial dos anos iniciais, a cada ano deparam-se com um maior número de alunos com diferentes desafios a serem enfrentados para a sua aprendizagem efetiva. Alguns destes estudantes, ao final de um ano letivo, não alcançam o rendimento escolar esperado; em função disso acabam sendo promovidos sem terem alcançado as condições mínimas para o seu sucesso acadêmico nas etapas seguintes de seus estudos; outros têm sido retidos, enquanto outros ainda acabam por desistir confrontados com as dificuldades diárias

dos desafios no processo de aquisição dos saberes historicamente legitimados pela escola.

Essas situações de aprendizagem, de modo geral, têm sido caracterizadas como o fracasso escolar, evidenciando que uma boa parte de nossas escolas não tem conseguido cumprir plenamente com seu papel de oferecer um ensino de qualidade a todos os seus educandos.

A partir dessa problemática consideramos a relevância de propor a seguinte discussão: até que ponto a escola tem conseguido cumprir com seu papel formador das futuras gerações? É possível atribuir responsabilidades quando não alcançamos os resultados esperados? De quem seriam? Essas foram questões importantes para nossa reflexão. A partir destas inquietações buscamos discutir maneiras de romper com as barreiras que comprometem um processo de ensino e aprendizagem que garanta aos alunos o direito de alcançar os conhecimentos necessários para o seu sucesso acadêmico independentemente de sua classe social, gênero, raça e etnia.

Com este trabalho pretendemos contribuir para a discussão pouco presente em nossas escolas a respeito das variáveis que intervêm em nosso objetivo pedagógico de alcançar o sucesso acadêmico de nossos alunos. Contribuindo com os professores, que têm buscado enfrentar os desafios de se apropriarem de conhecimentos legais, teóricos e metodológicos, para trabalhar com seus alunos dentro da perspectiva de oferecer uma educação de qualidade para todos.

1.2 Percurso metodológico

O presente trabalho é fruto do interesse despertado pelo tema das dificuldades de aprendizagem, durante atividade integrante do Curso de Pedagogia, no decorrer do 1º semestre de 2018, versando sobre a temática a partir de diferentes abordagens teórico- metodológicas.

O encaminhamento do tema partiu de um levantamento bibliográfico buscando como palavras chave os termos: (a) dificuldades de aprendizagem, (b) fracasso escolar e (c) intervenção pedagógica em portais, fazendo leituras de publicações científicas parte das quais fundamentam a presente pesquisa.

Cinco são subtemas que sustentam a nossa discussão: (a) "Fracasso Escolar: delimitando um conceito" busca a partir das ideias de alguns autores, apresentar o que se entende por fracasso escolar; (b) "Fracasso escolar: entre os distúrbios e as

dificuldades de aprendizagem” apresenta alguns distúrbios de aprendizagem que são inerentes ao aluno, e algumas dificuldades de aprendizagem que estão relacionadas às práticas pedagógicas de ensino; (c) “O fracasso escolar no Brasil” um breve histórico do fenômeno do fracasso escolar em nosso país; (d) “Os impactos do fracasso escolar na trajetória discente: possíveis causas e suas principais consequências” apresenta alguns fatores que interferem negativamente no processo de ensino e aprendizagem, e os danos que uma educação ineficiente na forma de atendimento qualificado para o aluno, pode causar na vida pessoal e social daqueles que são rotulados de incapazes de aprender o que se ensina; (e) “O fracasso escolar e as práticas pedagógica” faz uma análise da atuação pedagógica dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, principalmente do educador que tem o contato mais direto com o aluno e que nem sempre tem o preparo adequado para atuar com competência nas atividades propostas. Estes cinco temas estão desenvolvidos em seções que podem ser decodificado a seguir.

2 FRACASSO ESCOLAR: DELIMITANDO UM CONCEITO

O termo "*fracasso escolar*", ainda que carregado de estigmas, por si só não define claramente uma concepção que oriente interessados em compreender todas as questões envolvidas. O fracasso escolar pertence a um domínio pedagógico impreciso que abrange um grande número de interpretações. Algumas destas visões parecem alcançar um relativo consenso no cotidiano escolar principalmente quando tal entendimento se aplica às práticas presentes em nossas escolas.

As implicações de um possível "fracasso escolar", geralmente, aplicam-se de forma mais incisiva diretamente sobre o aluno muitas das vezes atribuindo a ele a responsabilidade por questões inerentes ao processo de ensino e aprendizagem. Por outro lado, as implicações mostram-se diluídas por situações que dificilmente responsabilizam àqueles que efetivamente teriam as condições necessárias para enfrentá-lo no dia a dia de nossas escolas. Ainda que seus efeitos sejam claramente percebidos por aqueles a quem este fenômeno atinge mais diretamente, essa ambivalência tem acarretado maior dificuldade em diagnosticar e enfrentar suas consequências no cotidiano de nossas escolas.

Conforme bem apontam Pozzobon, Mahendra e Marin (2017), a expressão "fracasso escolar" encontra-se dispersa em múltiplas concepções.

O termo **fracasso escolar**, utilizado para fazer referência às **dificuldades de aprendizagem** (Lima, 2014), **problemas de comportamento** (Osti & Brenelli, 2013a; Osti & Brenelli, 2013b), **baixo desempenho escolar** (Gauffin, Vinnerljung, Fridell, Hesse, & Hjern, 2013; Guler, 2013; Kamtsios & Karagiannopoulou, 2013; Odd, Evans, & Emond, 2013; Soponaru, Tincu, & Iorga, 2014; Williams, Dunlop, Kramer, Dever, Hogue, & Jain, 2013), **distorção idade-série/ano** (Silva, 2014; Soares, 2015), **abandono escolar precoce** (Berg, Rostila, Saarela, & Hjern., 2014; Soares, 2015) ou **repetência** (Ferrera, López, & Rodríguez, 2014; Gran & Nieto, 2013; Nocentini, Calamais, & Menesini, 2012; Soares, Aranha, & Antunes, 2013) é amplamente difundido no contexto nacional e internacional, sendo também usado pelo Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE/CEB n. 11/2010,2010). Embora fique evidente na literatura a ambivalência e a falta de especificidade do conceito, ele ainda é utilizado como um termo atual e considerado mais sintético que outras expressões utilizadas com a mesma conotação, o que talvez dificulte sua substituição (MARCHESI & PÉREZ, 2004 apud POZZOBON; MAHENDRA; MARIN, 2017, p. 388). Grifos nossos.

Ainda no mesmo ano, em uma revisão sistemática de literatura específica a respeito do termo "fracasso escolar" - a partir das bases Academic Search Complete, Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS), PsyINFO,

Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Web of Science - com o recorte específico do fracasso escolar na educação básica, Pezzi e Marin (2017), empreenderam uma seleção pautada pela indexação de estudos a respeito de educação e saúde em bases de dados reconhecidas cientificamente conforme destacam as próprias autoras. Inicialmente, foram aplicados como descritores os termos "fracasso escolar" ou "insucesso escolar". Entre os critérios complementares aplicados foram consideradas publicações que, (a) incluíssem estudos empíricos; (b) publicadas entre janeiro de 2009 a dezembro de 2014; (c) disponíveis gratuitamente online; e (d) escritas em português, inglês ou espanhol. A partir destes recortes,

(...) inicialmente foram localizados 710 estudos, destes 153 foram excluídos por duplicata, 19 por estarem em outros idiomas, além do português, inglês e espanhol, e 18 por se constituírem em tipos distintos de publicação, como editoriais, resenhas e resumos de livros. A exclusão das duplicatas foi realizada de forma aleatória não privilegiando nenhuma base de dados específica. Em seguida, restaram 520 que foram analisados quanto a sua temática principal. Destes, 471 foram excluídos: 390 por não terem como temática principal o fracasso escolar, 48 por não envolverem a educação básica e 33 por serem estudos teóricos. Ao final, restaram 49 artigos, que tinham como foco o fracasso escolar, sendo que cinco deles não estavam na íntegra online de forma gratuita. (PEZZI; MARIN, 2017, p. 4).

As autoras ressaltam que, parte dos artigos não foi incluída em sua revisão bibliográfica uma vez que o fracasso escolar foi vinculado a transtornos relacionados ao déficit de atenção, hiperatividade, transtornos do espectro do autismo, distúrbios de conduta, depressão, epilepsia, bullying, cyberbullying, uso da internet e/ou telefone celular entre adolescentes durante as aulas. Também foram excluídas publicações que associassem o insucesso ao uso de álcool, drogas ou ainda o suicídio como consequência do fracasso escolar por estarem mais diretamente vinculadas a questões de saúde, sem que necessariamente estivessem vinculadas ao âmbito das práticas educativas. De forma idêntica não foram considerados artigos nos quais o fracasso escolar surgia como um possível risco em decorrência de pobreza, do abandono, do acolhimento em orfanatos ou ainda na situação de pais aprisionados uma vez que estas condições não são determinantes para um eventual fracasso escolar.

A partir destas estratégias que delimitaram os estudos das autoras em quarenta e nove artigos foi aplicada uma análise de conteúdo que permitiu que Pezzi e Marin (2017, p. 6) definissem seis categorias para os fins de suas reflexões: a) compreensão geral sobre o fracasso escolar - 13 artigos; b) fracasso escolar

relacionado aos alunos - 13 artigos; c) fracasso escolar relacionado à família - 3 artigos; d) fracasso escolar relacionado à escola - 7 artigos; e) fracasso escolar relacionado aos aspectos sociais - 4 artigos, e; f) implicações do fracasso escolar - 4 artigos. No original em referência as autoras descrevem brevemente cada uma destas categorias e relacionam os autores de cada um dos artigos selecionados para os fins de seu estudos.

Um desafio ainda maior estaria por vir quando da busca por um conceito comum ao fracasso escolar a todas as quarenta e nove publicações selecionadas demonstrando a falta de consenso nas concepções adotadas o que, na prática, dificulta o seu enfrentamento. Neste trecho do texto, ainda Pezzi e Marin (2017, p. 6-7) afirmam que "Com relação ao conceito de fracasso escolar considerado em cada estudo, não houve uma padronização, cabendo aos autores definir o entendimento que tinham em cada contexto abordado". Neste sentido apontam que o conceito foi utilizado para se referir a) notas baixas; b) a repetição de ano letivo; c) às dificuldades de aprendizagem e/ou comportamentais; d) aos alunos que abandonaram o sistema de ensino antes do término da escolaridade obrigatória; e) uma conceituação dos próprios alunos levando em conta o entendimento dos próprios alunos sobre o que entendiam por fracasso escolar e por último, f) estudos que não apresentaram o conceito de fracasso escolar adotado.

Diante das evidências que apontam a grande variedade de concepções e entendimentos sobre - e, a respeito do - fracasso escolar, sistematizados em cinco conceitos distintos para uma questão que afeta diretamente a trajetória escolar de nossos alunos decorre a constatação de que a expressão "fracasso escolar" tem incorporado uma infinidade de vieses comprometendo um enfrentamento mais efetivo de suas cruéis consequências por nossos sistemas de ensino. As palavras utilizadas para denominar situações de origem tão ampla carregam consigo uma multiplicidade de interpretações o que acaba por favorecer ideias equivocadas sobre aquilo que é central ao enfrentamento da questão.

Faz-se importante discutir sobre o termo fracasso escolar, que pode induzir a três ideias equivocadas, segundo Marchesi e Pérez (2004). A primeira se refere ao entendimento de que **o aluno não teria progredido no âmbito do conhecimento e do seu desenvolvimento pessoal e social durante a sua escolarização**, o que não é necessariamente verdade. A concepção de fracasso também pode remeter **à limitação da escola que não consegue atingir o seu objetivo educacional**, o que pode contribuir para o afastamento dos alunos e das famílias e acentuar a dificuldade de

aprendizagem. Por fim, a ideia de fracasso pode acabar **concentrando no aluno o problema da reprovação, eximindo a responsabilidade de outros agentes e instituições corresponsáveis**, tais como, as condições sociais, a família, a escola e o sistema educacional como um todo. (PEZZI; MARIN, 2017, p. 3). Grifos nossos.

Os equívocos inerentes à falta de conhecimento de questões centrais à educação têm impactos diretos sobre o direito ao pleno desenvolvimento das potencialidades de nossos alunos, sejam elas cognitivas, intelectuais, ou mesmo afetivas. Comprometem as relações que estes alunos conseguem estabelecer na escola com seus professores, seus pares e podem acarretar em graves embaraços para o seu desenvolvimento. Estes impactos, ainda pouco discutidos em nossas instituições escolares, podem acarretar em graves consequências para aqueles que são "carimbados" pelo estigma do fracasso escolar:

(...) o uso desse termo tem sido questionado, uma vez que pode trazer conotações pejorativas aos alunos, causando prejuízos sobre seu desempenho acadêmico e social ao longo da vida (Kelly & Pink, 1982). Estudos recentes ainda revelam o predomínio da tendência à culpabilização dos alunos (Guler, 2013; Hjörne & Säljö, 2014; Osti & Brenelli, 2013a; Osti & Brenelli, 2013b; Pezzi, Marin, & Donelli, 2016; Pezzi & Marin, 2016) e/ou suas famílias pelo baixo desempenho acadêmico ou reprovação escolar (Bastos, Fernandes, & Passos, 2009; Pezzi & cols., 2016). (POZZOBON; MAHENDRA; MARIN, 2017, p.388).

Uma expressão polissêmica, com tantas variadas e equivocadas interpretações, traz no entanto, em seu bojo, uma cruel significação aos desavisados do/no senso comum. Estabelece-se um perfil próprio que se traduz no estigma do fracasso escolar.

Tal dado reforça um perfil de fracasso, o qual pode abalar a autoestima e a autoconfiança do aluno rotulado (Millones, Leeuwen, & Ghesquière, 2013; Pezzi & cols, 2016), com conseqüente impacto na diminuição da motivação para estudar (Costa, Lima, & Pinheiro, 2010; Martinelli & Genari, 2009), além de outras intercorrências clínicas graves, tais como o uso de tabaco (Gran & Nieto, 2013), abuso de álcool e de outras drogas (Gauffin & cols., 2013; Gran & Nieto, 2013), bem como comportamentos disfuncionais, levando ao risco de gravidez na adolescência, marginalização e criminalidade (Rumberger, 2011). (POZZOBON; MAHENDRA; MARIN, 2017, p.388).

Estas discussões ainda que pautadas pelos desvios acima apontados tem tido pouco espaço no cotidiano de nossas escolas a não ser que – por mais que a busca dos possíveis encaminhamentos que possam diminuir os impactos e efeitos

de uma aprendizagem que não se efetiva - estejamos buscando os culpados, seus responsáveis e, na grande maioria das vezes, terceirizando as responsabilidades. Lamentavelmente, práticas excludentes pautadas pelo aparente sucesso acadêmico de alguns e bastante recorrentes em boa parte de nossas escolas, acabam por destituir de seu lugar de direito muitos dos nossos alunos que não conseguem acompanhar os ritos e procedimentos de uma educação voltada para poucos... Os privilegiados do processo.

A questão do aparente fracasso escolar, principalmente nos anos iniciais da escolarização obrigatória, e que tem como personagem central parte da população mais vulnerável, explicita práticas escolares descontextualizadas de sua realidade e do nosso tempo. Nossa dívida histórica precisa ser enfrentada de maneira mais efetiva por todos os envolvidos e em especial pelos nossos sistemas de ensino como uma complexa rede de interdependências que abrange desde as rotinas da escola até o sistema nacional de educação enquanto políticas que se propõe ao enfrentamento da exclusão escolar que se dá por dentro do sistema.

O fracasso escolar precisa ser associado ao processo de ensino – aprendizagem conforme Aquino (Org.) (1997), e deixar de ser pensado como o fracasso do educando em seu cotidiano escolar, pensamento esse que impossibilita a democratização das oportunidades e a permanência dos alunos, aumentando de maneira gradativa a repetência e a evasão escolar. Atribuindo a culpa pelo fracasso ao aluno a escola tira de seus ombros a responsabilidade que também é dela, pois se trabalhar de maneira conjunta com a família poderá alterar esse quadro. (FORGIARINI; SILVA, 2008, p. 4).

Como bem detalham os estudos que inspiraram a discussão da presente seção há um longo caminho a ser percorrido por todos os envolvidos na construção de uma educação mais democrática, acessível a todos, que garanta o atendimento adequado de nossos alunos em conformidade com suas potencialidades próprias. Espera-se que o suposto fracasso escolar não sustente processos de exclusão e de marginalização de nossas crianças e nossos adolescentes por dentro de um sistema que, a rigor, deveria garantir a sua autonomia.

Já em 1998, Delors chamava a atenção à possibilidade de o termo fracasso escolar conduzir à exclusão social, uma vez que abala moralmente o indivíduo a quem o termo é atribuído. De forma semelhante, Ferraro (2004) destacou a associação desse termo com indicativos de exclusão escolar e social, frisando que a escola tem se orientado equivocadamente através de uma ótica da progressão versus exclusão, sem considerar as individualidades. Outros autores também sinalizam que a utilização do termo está a serviço da manutenção da desigualdade social, na qual a

escola se posiciona como transmissora de conhecimentos, assegurando a submissão às ideologias dominantes, retirando de si a responsabilidade do fracasso e repassando ao sujeito a condição de fracassado e excluído (Lagana-Riordan & cols., 2011; Madalóz, Scalabrin, & Jappe, 2012). No entanto, qualquer pessoa que se dispõe a aprender corre o risco de fracassar em algum momento ou por algum tempo, o que não significa a impossibilidade de mudança (Ireland & cols., 2007). Nesse sentido, Esteban (2009) propõe a valorização das múltiplas aprendizagens e das diferentes experiências escolares, bem como a importância de a escola e os professores reconhecerem a realidade dos alunos, favorecendo o direito às diferenças e singularidades e evitando rótulos e marginalizações. (POZZOBON; MAHENDRA; MARIN, 2017, p.388/389).

Apontados alguns dos imensos desafios que se nos colocam no enfrentamento de uma questão tão abrangente, e que traz sérios impactos tanto na vida estudantil, quanto na própria trajetória humano histórica do sujeito da aprendizagem passaremos a discutir um recorte específico que nos permita assumir alguns dos aspectos do fracasso escolar como compromisso pedagógico.

3 FRACASSO ESCOLAR: ENTRE OS DISTÚRBIOS E AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Conforme discutimos em seção anterior um das mais graves adversidades que tem afetado um aproveitamento acadêmico mais significativo por parcela significativa do nosso alunado diz respeito à questão do fracasso escolar. Em sua infinidade de interpretações detalhamos alguns dos possíveis impactos sobre a jornada escolar de crianças e adolescentes que não tem alcançado os resultados esperados em sua escolarização obrigatória.

Do ponto de vista pedagógico, de forma explícita ou implícita, tem sido incorporado ao conceito de fracasso escolar desde os transtornos mais graves da aprendizagem até as questões mais peculiares de dificuldades específicas da aprendizagem. Estas reflexões explicitam a importância de uma discussão mais aprofundada a respeito das variações da própria terminologia que tem sido utilizada para tratar da temática visando o seu efetivo enfrentamento. Cabe às instituições escolares, e em especial aos educadores, adquirirem um conhecimento específico a respeito das possíveis adversidades que se interpõe à aquisição dos saberes esperados durante a escolarização, em especial, do alunado mais vulnerável.

Se evidente fica que o nosso aluno não acompanha adequadamente os conteúdos apresentados, de acordo com as expectativas de aprendizagem definidas, esta possível distorção pode estar associada a inúmeros fatores que vão desde uma metodologia inadequada para cada necessidade específica até um distúrbio de aprendizagem mais sério que demandará de um atendimento especializado.

Neste sentido, Oliveira (2011) fundamentada em Cisca (2003) apresenta uma diferenciação importante entre os distúrbios e as dificuldades de aprendizagem.

Sobre a diferenciação entre os distúrbios de aprendizagem e as dificuldades de aprendizagem, Cisca (2003) afirma que os distúrbios podem ser considerados como uma disfunção do sistema nervoso central que gera uma falha funcional nos processos de aquisição ou de desenvolvimento da aprendizagem, enquanto que as dificuldades (que a pesquisadora denomina Dificuldade Escolar – DE) se tratam de um problema de ordem e origem pedagógica (OLIVEIRA, 2011, p. 42).

Seria recomendável ao professor que trabalha diretamente em sala de aula com os alunos observar as dificuldades individuais que se apresentam na

assimilação dos conteúdos previstos de tal forma que na iminência de uma efetiva dificuldade seja possível rever suas práticas pedagógicas, buscar ajuda especializada em casos extremos visando favorecer o desenvolvimento do aluno dentro de suas potencialidades.

Do ponto de vista específico dos transtornos, ou distúrbios, diversas pesquisas desenvolvidas na área têm ajudado a entender melhor os revezes que podem afetar mais diretamente a alguns de nossos alunos. De acordo com Siqueira e Gianetti (2011, p. 79), os distúrbios, ou transtornos de aprendizagem,

Relacionam-se com problemas na aquisição e desenvolvimento de funções cerebrais envolvidas no ato de aprender, tais como dislexia, discalculia e transtorno da escrita. Além dos transtornos específicos de aprendizagem, citam-se o transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH) e transtorno de desenvolvimento de coordenação (TDC) como entidades relacionadas ao mau desempenho escolar. Todas essas condições têm base neurobiológica, ou seja, é intrínseca ao indivíduo.

Existem disponíveis dois manuais Internacionais de diagnósticos de doenças que são (1) a CID (Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde) e (2) os DSM (Diagnósticos de Transtornos Mentais). De acordo com tais documentos, há vários tipos de transtornos, de forma mais específica, para o nosso recorte, o transtorno relacionado à aprendizagem do sujeito pode ser caracterizado como um distúrbio de aprendizagem. Caracteriza-se assim, para os fins do presente estudo, a categoria distúrbios de aprendizagem.

De acordo com a CID, os Distúrbios de Aprendizagem estão dentro da categoria de Transtornos do desenvolvimento psicológico, mais especificamente, como Transtornos Específicos do Desenvolvimento das Habilidades Escolares e dentro dessa categoria estão a dislexia, a disgrafia, a discalculia e a dificuldade em soletração (FRANCESCHINI ET AL, 2015, p. 99)

Entender a dificuldade específica do aluno e oferecer o devido suporte pedagógico é uma das formas de amenizar os impactos que poderão vir a resultar em fracasso escolar - aqui entendido como a condição de não alcançar os saberes indispensáveis à sua autonomia acadêmica - promovendo primeiramente a integração entre os colegas de forma colaborativa, e favorecendo sua inserção nos diferentes espaços de socialização no ambiente escolar. A criança, ou adolescente, que apresenta distúrbios efetivos de aprendizagem demanda de profissionais

qualificados que estejam preparados para lidar com as limitações próprias a cada disfunção buscando superar eventuais entraves com o objetivo de não deixar o nosso aluno desanimar ou até mesmo desistir de seus estudos e de sua formação acadêmica. O sujeito da aprendizagem poderá apresentar diferentes distúrbios em seu processo de aquisição das habilidades exigidas pelas escolas, demandando do atendimento de profissionais qualificados que estejam capacitados a contornar possíveis entraves e intercorrências em sua trajetória escolar respeitando devidamente os limites em cada situação e orientando os pedagogos para um atendimento mais adequado no cotidiano da sala de aula.

Dentre os distúrbios mais frequentes de aprendizagem estão a dislexia, a disgrafia e a discalculia. A pessoa que apresenta um destes distúrbios, apresenta dificuldades específicas em relação a aprendizagem. O aluno com dislexia tem *“atraso do desenvolvimento da fala e da linguagem, dificuldade na identificação de letras, confusões de letras na grafia, confusão de sons semelhantes, dificuldade de aprender letra-som [...] substituição de palavras semelhantes”* (FRANCESCHINI ET AL, 2015, p. 105).

A disgrafia está relacionada à dificuldade da compreensão e prática da escrita, em que os alunos disgráficos *“apresentam dificuldades no ato motor da escrita, tornando a grafia praticamente indecifrável; sendo assim, disgrafia é a perturbação da escrita no que diz respeito ao traçado das letras e à disposição dos conjuntos gráficos no espaço utilizado”* (FRANCESCHINI ET AL, 2015, p. 101).

A discalculia é o distúrbio relacionado às dificuldades de aprendizagem da matemática. *“No entanto, as incapacidades matemáticas podem ser conhecidas por duas terminologias: Discalculia do Desenvolvimento e Acalculia”* (FRANCESCHINI ET AL, 2015, p. 101). De acordo a autora a discalculia é um distúrbio inerente à constituição genética própria enquanto que a acalculia é condição adquirida em qualquer fase da vida, resultado de *“doenças neurológicas, doenças cérebro vasculares e demência”* acarretando na perda da habilidade matemática presente à época do adoecimento.

Os distúrbios relacionados acima tornam mais complexa a aquisição de algumas habilidades específicas e, de certo modo, interferem no processo de ensino e aprendizagem. Demandam do educador um conhecimento pedagógico mais específico e um empenho direcionado ao distúrbio a ser enfrentado exigindo

métodos adequados para potencializar as capacidades cognitivas do sujeito da aprendizagem e incluí-lo com efetividade no processo educacional.

É inegável, portanto, que existam algumas adversidades no processo de ensino e aprendizagem que possam estar diretamente ligadas a uma disfunção própria do aluno, exigindo um atendimento individualizado do professor, incluindo o sujeito nas práticas educativas cotidianas de forma a preservá-lo emocional, afetiva e socialmente. O atendimento dos alunos, com dificuldades/distúrbios de aprendizagem, pelo professor da sala de aula que com eles convive diariamente é um dos maiores diferenciais para o sucesso acadêmico destes alunos. Franceschini et al (2015, p. 101) ao citar Coelho (2012) enfatizam que,

Do ponto de vista do atendimento educacional, Coelho (2012) faz referência ao comportamento dos professores. Expõe que, para ajudar um aluno com disgrafia, o professor deve inicialmente estabelecer um bom relacionamento com a criança e fazê-la perceber que sua presença é relevante para apoiá-la quando mais precisar.

O "bom relacionamento" do professor, segundo estes autores, implica em segurança e confiança, tanto para com o aluno que apresente disgrafia, discalculia, dislexia, entre outras disfunções, quanto para com aqueles que manifestem facilidade em aprender fazendo verdadeiramente a diferença no momento de sua intervenção pedagógica.

Toda criança, ou adolescente, possui conhecimentos anteriores construídos na escola ou fora dela. O professor quando inicia um novo ciclo de ensino e aprendizagem, deveria levar em conta o que o aluno sabe para abordar um novo conteúdo a partir dos conhecimentos prévios. Conforme bem enfatiza Weisz (2002, p. 40) é importante, além de saber o que o aluno já sabe entender a forma como o aluno constrói o seu conhecimento.

No processo de ensino e aprendizagem, o aluno comete enganos - ou "erros" - que merecem ser analisados pelo professor a partir da compreensão do aluno. *"Compreender o que foi que a criança tentou fazer, para descobrir qual a natureza do erro que ela cometeu"* (WEISZ, 2002, p. 40). Diante do que é ensinado e dos conhecimentos que o aluno já possui de determinados assuntos, ele constrói suas próprias hipóteses e encontra meios para resolver problemas matemáticos ou mesmo da escrita que lhe são propostos.

Weisz (2002, p. 41) afirma que *“Na verdade, o conhecimento se constrói frequentemente por caminhos diferentes daqueles que o ensino supõe”*. O aluno em seu processo de construção dos saberes escolares se utiliza de estratégias nem sempre convencionais ou esperadas pelos professores. É através do diálogo com o aluno que o professor consegue entender o raciocínio deste para chegar ao resultado final na resolução de uma atividade estando esta certa ou errada do ponto de vista do educador.

A intervenção pedagógica quando realizada levando-se em conta a capacidade própria do aluno garante uma participação ativa do sujeito da aprendizagem no processo de aquisição dos novos saberes. Quando assumimos como ponto de partida promover, incentivar e considerar a variação dos esforços do próprio aluno, a aprendizagem se torna mais efetiva e o nosso aluno se percebe capaz e motivado a continuar sua caminhada nos estudos escolares.

4 O FRACASSO ESCOLAR NO BRASIL

É possível perceber ao longo da produção teórica sobre o fracasso escolar que o não aprender tem história. Uma história carregada de preconceitos e estereótipos. Esse fato, na maioria das vezes, esteve relacionado à pobreza, acarretando em uma naturalização do baixo desempenho escolar especialmente no que diz respeito às classes menos favorecidas. (JESUS, 2013, p. 13)

No Brasil o fenômeno do fracasso escolar surgiu nas últimas décadas do século XX, quando a maioria da população pertencente às classes populares teve acesso à escola (FORGIARINI & SILVA, 2008, p. 4). O fenômeno "fracasso escolar" é algo relativamente recente e, segundo evidenciam os índices de desenvolvimento da educação, está concentrado em camadas específicas da população escolar que vivem à margem das oportunidades de acesso aos bens e serviços em geral.

Nas décadas anteriores, a falta de vagas para atender a todas as crianças brasileiras em fase de escolarização gerara uma exclusão de parcela de nossa população que não alcançava a garantia de seu acesso ao sistema educativo. O esforço em ampliar a oferta de escolas para todos a partir da década de 60 do século passado gerava um novo fenômeno, a exclusão de crianças inserida no sistema o que significa que aquelas crianças que não acompanham adequadamente os conteúdos escolares previstos para a sua série/ano acabam por ficar à margem do processo de ensino e aprendizagem.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP, 2007) mostram que 41% dos alunos que ingressam na 1ª série do Ensino Fundamental não conseguem terminar a 8ª série. Segundo a mesma pesquisa, 26% dos alunos que iniciam o Ensino Médio não o concluem e levam em torno de 10,2 anos e 3,7 anos respectivamente para o concluírem. Ao analisar o Ensino Fundamental e Médio, apenas 40% dos que ingressam no nível obrigatório concluem a 3ª série do Ensino Médio, precisando de aproximadamente 13,9 anos para isso. Esse dado evidencia uma distorção série/idade que continua sendo um problema para a educação brasileira. (FORGIARINI & SILVA, 2008, p. 4).

Mas, o que é entendido por fracasso para a escola e para o sistema educacional? De acordo com Rodrigues e Chechia (2017, p 2),

Em algum momento da história escolar no Brasil iniciam-se ocorrências, onde a parte fornecedora de conteúdos disciplinares percebe que os alunos estavam com rendimento acadêmico diminuídos, somados a desinteresse em massa pelo conhecimento, de forma quase generalizada, sendo denominado por fracasso escolar.

Desse modo, o fracasso escolar é instituído a partir do momento histórico em que todos os alunos, dos diferentes estratos sociais, têm acesso à escola. O carimbo fracasso, indicador de conteúdos escolares não assimilados ou mesmo de resultados não alcançados, marca aqueles que não alcançam o sucesso acadêmico esperado pelos distintos agentes dos nossos sistemas de ensino, em especial pelos mais diretamente envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Para Patto (2000), as dificuldades de aprendizagem escolar estão situadas predominantemente entre alunos da população de baixa renda. Assim, pode-se assumir que a desigualdade social afeta diretamente o acesso a uma formação escolar de qualidade. Problemas como a garantia de acesso, permanência, ritos e rituais próprios às nossas escolas, práticas escolares, formação de nossos professores para os desafios da educação no cotidiano das nossas instituições escolares, impactam diretamente no insucesso escolar. Além dos fatores apontados convém lembrar-se das variáveis políticas, econômicas, históricas que contribuem igualmente para aquilo que constitui o fracasso escolar.

Concretamente o que se observa em nossas escolas, na atualidade, é que um grande número de nossos alunos está concluindo os anos iniciais do Ensino Fundamental, sem saber ler adequadamente, sem compreender efetivamente aquilo que está escrito, sem conseguir interpretar o que leem, sem terem adquirido a capacidade de escrever de forma clara e objetiva pequenos textos para além de não operarem com autonomia as quatro operações matemáticas. Assim o fracasso escolar, do qual estamos tratando e que se constitui a partir das dificuldades de aprendizagem não enfrentadas adequada e efetivamente quando de sua manifestação inicial, está para muito além da repetência e da evasão, sua evidência mais imediata, como bem enfatiza Bossa 2006, ao afirmar que,

No Brasil, a escola torna-se cada vez mais o palco de fracassos e de formação precária, impedindo os jovens de se apossarem da herança cultural, dos conhecimentos acumulados pela humanidade e, conseqüentemente, de compreenderem melhor o mundo que os rodeia. A escola, que deveria formar jovens capazes de analisar criticamente a realidade, a fim de perceber como agir no sentido de transformá-la e, ao mesmo tempo, preservar as conquistas sociais, contribui para perpetuar injustiças sociais que sempre fizeram parte da história do povo brasileiro (BOSSA, 2006 p.19).

Portanto, é nítida a complexidade do fracasso na vida estudantil de um acadêmico. Pois, pode-se notar que,

O fracasso que chamamos de escolar é um fracasso que está além da correspondência aos ideais da escola expresso em notas, o que significa falar de um fracasso permeado de muitos outros fracassos e vivenciado pelo aluno no interior da escola (PALMA, 2007, p. 12).

Existem casos em que o aluno pode alcançar a nota média, mas, a aprendizagem não é de qualidade, principalmente nas disciplinas de português e matemática. A título de ilustração citamos como exemplo a prova do SAEB (2005) que evidenciou o enfraquecimento das médias sobre essas disciplinas, no período de 1995-2005 (SAEB, 2005).

Para que a escola cumpra seu papel de facilitar o acesso ao conhecimento e promover o desenvolvimento integral de seus alunos, é necessário adotar uma nova postura diante do processo de ensino e aprendizagem. Por essa razão, alguns pesquisadores começaram a estudar a questão do fracasso escolar a partir de diversos pontos de vista. Segundo Bossa (2006).

A necessidade de avançar nos estudos sobre o sintoma “fracasso escolar” no Brasil pode ser justificada com base em várias perspectivas: o sofrimento que causa a criança; os prejuízos que representa ao país; a necessidade de rever a teoria e a prática psicanalítica diante da natureza desse sintoma; enfim, a necessidade de repensá-lo à luz de paradigmas pós-modernos. (BOSSA 2006, p. 17).

Segundo a autora, o primeiro dos problemas que este fenômeno acarreta, é que a criança que carrega o peso de ser um fracasso, muitas das vezes poderá vir a precisar de um acompanhamento psicológico. A criança que tem dificuldade de aprendizagem, de certo modo, é rejeitada, seja pelo professor, seja pelos colegas, podendo vir a ser um aluno com problemas dentro da sala de aula, ou mesmo, desistir dos estudos por se sentir incapaz de aprender o que lhe é ensinado.

Uma segunda questão, diz respeito à escola que aumentou o número de vagas, no entanto, a qualidade de ensino não acompanhou o seu crescimento, comprometendo o cumprimento do papel de formar cidadãos. Ainda segundo Bossa (2006) “A escola que surge, com o objetivo de promover melhoria nas condições de vida da sociedade moderna, acaba por produzir na contemporaneidade a marginalização e o insucesso de milhares de jovens” (Bossa 2006, p.18).

O que fica evidente é que, tão importante quanto promover o acesso da criança e do jovem à escola, é também dar condições para que o aluno se sinta bem no ambiente escolar. Para isso, sua dificuldade de aprendizagem não deveria ser

instrumento que motive o aluno a se sentir incapaz de aprender ou que venha a desistir de sua escolarização.

A escola precisaria estar preparada para receber o aluno, e incluir em um ambiente que favoreça o seu desenvolvimento de forma a sentir-se parte do processo como sujeito ativo em sua formação educacional. E isso só é possível quando a escola conta com uma estrutura física adequada, profissionais capacitados para planejar e desenvolver ações educativas que levem em conta a história de vida, e os conhecimentos prévios do estudante.

O processo de inclusão do aluno precisa sair do discurso e se fazer real no espaço escolar para que o problema da exclusão possa ser amenizado deixando de fazer parte da história de vida de tantos estudantes que enfrentam dificuldades devido a alguma limitação, como enfatiza Fernandes (2013 p. 208),

A exclusão tem sido um problema comum tanto ao contexto regular quanto ao especial de educação. O ensino regular tem mecanismos de exclusão que atingem uma ampla gama da população escolar, imputando-lhes a responsabilidade pelo seu fracasso devido a problemas orgânicos (distúrbios, deficiências, transtornos), problemas familiares (abandono, superproteção, desorganização) ou privações culturais e econômicas (pobreza, subnutrição, falta de vivências). Os elevados números do fracasso e da evasão demonstram que não são apenas os alunos com deficiência os objetos de exclusão da escola que aí está.

O aluno necessita de algumas condições para ter um desempenho razoável na escola, tais condições vão desde a condição emocional que perpassa pela afetiva, incluindo a cultural. Para que o estudante se sinta incluído no processo de ensino e aprendizagem, a escola necessita levar em conta o contexto social em que ele está inserido, e as dificuldades enfrentadas para assimilar novos conhecimentos.

O aluno não é um ser isolado da sociedade, os conhecimentos trabalhados na escola através das atividades pedagógicas, necessitam parecer relevantes para que o estudante consiga dar-lhes significado fazendo uma articulação entre seus conhecimentos prévios e os novos a serem adquiridos por ele. Desse modo, para que o aluno se sinta capaz de aprender, independente de sua dificuldade, e não se sinta excluído do processo de ensino e aprendizagem, é essencial que o professor utilize algumas metodologias para facilitar seu acesso ao conhecimento e promover o seu desenvolvimento integral.

Para tanto, é importante que os professores conheçam pressupostos básicos da construção de conhecimento escolar identificando fatores centrais ao sucesso da

aprendizagem dos alunos assumindo-os como sujeitos ativos na apropriação e construção de seus próprios saberes.

Levando em conta essa questão, os profissionais da educação tem papel decisivo no processo de ensino e aprendizagem por sua interação direta com os alunos. São chamados a identificar o nível de desenvolvimento - em termos de conhecimentos - de seus alunos e reconhecer possíveis dificuldades cognitivas, para desenvolver com eles atividades didáticas pedagógicas que lhes garantam as condições necessárias para a apropriação de novos conhecimentos.

Desse modo, o desenvolvimento do aluno quando eventualmente comprometido pela falta de procedimentos pedagógicos adequados que favoreçam sua aprendizagem com sucesso, desestimulando sua vontade de aprender, ou levando-o a desistir dos estudos, contribui para a constituição do que chamamos de fracasso escolar. No entanto, para que a escola tenha sucesso no seu projeto de ensino, necessita levar em conta o aluno de forma integral em seus vários contextos.

A partir destas reflexões pode-se entender a importância de considerarmos as competências dos alunos, seus conhecimentos de mundo, para propormos atividades pedagógicas que façam sentido a eles e que os façam sentirem-se capazes de aprender e corresponder às expectativas da escola. Os alunos quando não conseguem corresponder às expectativas da proposta pedagógica escolar, e cumprir com as atividades repassadas pelo professor, poderão vir a compor o fenômeno do fracasso escolar.

Ao tratar desse assunto, Luiz e Cerdeira (2016) fazem uma análise, e concluem que:

Crianças que não alcançam o aprendizado esperado em sua fase de escolarização acabam a denominar o fracasso escolar, neste segmento também se configuram os alunos repetentes, evadidos e os que não se adaptam por algum motivo às regras escolares, tendo assim um comportamento indesejável (LUIZ; CERDEIRA, 2016, p. 3).

Um estudante, portanto, poderá ser excluído do processo de aprendizagem (ainda que permaneça na escola repetindo as mesmas séries) e ser a ele imputada a responsabilidade por seu próprio fracasso, sem considerar possíveis problemas físicos, orgânicos, privações culturais e econômicas (FERNANDES 2013).

Por tanto, o problema do fracasso escolar é complexo, e precisa ser analisado dos diferentes ângulos. Se o aluno não está aprendendo, o que está sendo ensinado

pela escola, que é um sistema organizado de ensino, é necessário observar os fatores que interferem negativamente no processo de ensino e aprendizagem; para então, tomar as medidas cabíveis e buscar sanar os problemas, sem que o aluno seja penalizado ou prejudicado independente de suas dificuldades ou limitações de aprendizagem.

Destaca-se, assim, que o fracasso escolar não se constitui apenas como um problema educacional, mas possui repercussões individuais e sociais (Ullastres, 2003). Portanto, faz-se importante que ele seja estudado e discutido pelos profissionais da saúde, em especial os psicólogos, porque a sua manifestação e vivência podem trazer sofrimento e ter implicações clínicas importantes para os indivíduos, como, abuso de drogas, problemas de conduta (Kamal & Bener, 2009), envolvimento com a criminalidade, gravidez na adolescência (Rumberger, 2011) e, ainda, como aponta Delors (1998), suscitar situações de exclusão, considerando a lacuna que se produz no plano moral, humano e social. (PEZZI; MARIN, 2017, p. 3).

Para sequência do trabalho abordaremos a respeito do fracasso escolar, em seu âmbito estritamente pedagógico, quais sejam as dificuldades de aprendizagem que possam ser enfrentadas na intervenção pedagógica mediadora do conhecimento acumulado e legitimado pelas práticas de nossas instituições escolares.

5 OS IMPACTOS DO FRACASSO ESCOLAR NA TRAJETÓRIA DISCENTE: POSSÍVEIS CAUSAS E SUAS PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS

As escolas do século XXI ainda são marcadas pela repetência e pela evasão de seus alunos. Essa problemática tem gerado pesquisas e discussões que objetivam trazer a luz as principais causas do fracasso escolar. Partindo destas considerações, de acordo com Forgiarini e Silva (2009)

A questão da evasão e repetência não é recente, mas um fenômeno presente há pelos menos seis décadas. E, nesse período, pouco se conseguiu fazer para alterar tal quadro que atinge uma parcela significativa dos estudantes que ingressam no sistema educacional brasileiro. (FORGIARINI; SILVA, 2009 p. 2).

Embora a escola seja um espaço que deva proporcionar interações significativas de aprendizagem a todos os seus alunos, existem barreiras que necessitam ser superadas, para que esta consiga cumprir com seu papel. Uma década depois das afirmações de Forgiarini e Silva (2009) e ao que tudo indica a situação se agravou evidenciando que as barreiras permanecem exatamente onde sempre estiveram. Levando em consideração a realidade da repetência escolar dos alunos que têm apresentado dificuldades de aprendizagem, podemos afirmar que a educação formal vai muito além de partilhar de um mesmo espaço físico ou de um livro didático.

Devido às barreiras existentes, fracasso escolar é um assunto bem mais complexo, que pode ser desencadeado tanto por condições externas quanto internas ao indivíduo, ocasionando quer sejam dificuldades específicas, quer sejam problemas de aprendizagem mais generalizados.

Para se discutir a respeito das raízes do fracasso escolar, No entanto, é importante salientar o que se considera por sucesso escolar a partir das discussões de Forgiarini e Silva (2009):

Entendemos como sucesso escolar a apreensão do conhecimento científico, ou seja, que a criança, o adolescente e o jovem, além de aprenderem o conteúdo escolar, possam aplicá-lo em seu cotidiano, de forma que venha a contribuir com a melhoria de sua qualidade de vida e dos que com eles convivem, atuando criticamente na sociedade. (FORGIARINI; SILVA, 2009, p. 4).

Por isso, é necessário levar em conta as interferências no processo de aprendizagem, que impeçam o bom andamento no processo de ensino e aprendizagem. As interferências podem ser acarretadas por variáveis que vão desde a qualidade do ensino, aliada ou não à desestrutura familiar; podem perpassar fatores socioeconômicos e, em uma escala menor, segundo os especialistas em pauta em nossa discussão decorrentes quer seja de problemas cognitivos, quer seja associados à saúde física.

Luiz e Cerdeira (2016) reforçam essa ideia, ao enfatizar que,

O fracasso tem sido uma das maiores problemáticas, abrangendo todos os níveis de ensino, e dentre os fatores relacionados a ele estão os extraescolares que correspondem à má qualidade de vida dos educandos e os intra-escolares que dizem respeito à escola, os programas e trabalhos desenvolvidos nela. (LUIZ; CERDEIRA, 2016, p. 3).

Ainda nos primeiros trinta anos do Século XX, já se enfrentavam problemas do fracasso escolar. Os alunos que não aprendiam com rapidez eram apontados como anormais. “As crianças que não acompanhavam seus colegas na aprendizagem escolar passaram a ser designadas como *anormais escolares* e as causas de seu fracasso são procuradas em alguma anormalidade orgânica”. (PATTO 2000, p. 63).

Julgamentos precipitados eram estabelecidos a respeito de tais alunos, fazendo crer que fossem os únicos responsáveis por seu fracasso e gerando assim uma exclusão de alunos em sala de aula. É o que chamamos de exclusão por dentro da escola situação em que o aluno com dificuldades é privado de ser incluído junto aos outros com o objetivo de superar as suas dificuldades.

Segundo os quadros clínicos da época, a avaliação dos “anormais escolares” imperou, durante os trinta primeiros anos do século XX, mas, logo a psicologia educacional mudou o termo de anormais para criança problema. (PATTO, 2000).

Com o termo “problema” podiam-se aumentar as possibilidades de causas, sendo uma delas a família. Posteriormente, surgiram outros problemas na aprendizagem, “as causas agora vão desde as físicas, até as emocionais e de personalidade” (PATTO 2000, p.66).

Acredita-se que muitos alunos caracterizados como aluno com dificuldades de aprendizagem, foram rotulados como "alunos problema", tendo assim suspenso o

seu desenvolvimento adequado no processo de aprendizagem, gerando como consequência seu fracasso na vida estudantil.

Luiz e Cerdeira (2016), fundamentados em Gualtieri e Lugli, (2012) destacam que,

As dificuldades de aprendizagem de crianças pobres eram entendidas como um problema de saúde, como desnutrição ou distúrbios neurológicos, fato que foi sustentado até as primeiras décadas do séc. XX. Assim o governo e as escolas se apartavam da responsabilidade e interpretavam o fracasso escolar como uma alteração biológica da criança, quanto mais desprovida economicamente, maior seria a chance de o indivíduo ter insucesso na escola. (LUIZ; CERDEIRA, (2016, p. 4), apud GUALTIERI; LUGLI, (2012).

Tal visão das dificuldades de aprendizagem perdurou por décadas em nossas escolas e podemos afirmar que ainda hoje é possível identificar sua influência nas práticas escolares de muitos profissionais da educação. Defende-se que seja necessário repensar essa lógica incluindo a influência e a importância da escola diante do fracasso escolar de nossos alunos, como bem destacam Luiz e Cerdeira (2016):

O fracasso escolar precisa ser associado ao processo de ensino – aprendizagem conforme Aquino (Org.) (1997), e deixar de ser pensado como o fracasso do educando em seu cotidiano escolar, pensamento esse que impossibilita a democratização das oportunidades e a permanência dos alunos, aumentando de maneira gradativa a repetência e a evasão escolar. (LUIZ; CERDEIRA, 2016, p. 2)

Nesse sentido, Moreira (2010) esclarece que, o educador não deveria ser o único responsável pelo insucesso dos alunos, pois existe uma interação externa à escola que perpassa o cotidiano desse sujeito. Ainda que não seja o único responsável o professor poderá influenciar significativamente na aprendizagem dos estudantes.

A evasão escolar e a repetência vem de maneira gradativa, a maioria dos alunos não veem a escola como algo motivador e sim como um local que não condiz com seu dia a dia, com sua realidade. Todas suas experiências e conhecimentos prévios não são considerados, pois os professores estão a todo tempo corrigindo-os e os rotulando, fazendo com que os educandos percam o esforço e a vontade pelos estudos, levando então ao fracasso escolar que marcará toda sua vida (PAULA, 2009 apud LUIZ; CERDEIRA, 2016 p. 6).

Para que o educador atue de forma propositiva no processo de ensino e aprendizagem a sua formação faz toda a diferença na busca por conhecimentos, métodos e estratégias didático-pedagógicas que possam contribuir para melhores resultados para a prática escolar.

A prática pedagógica é também uma prática social perpassando a concretude de uma realidade que está para muito além dos muros das escolas.

Além das causas do fracasso escolar até aqui pontuadas, existe ainda a falta de políticas públicas eficazes de educação, essa pode de forma significativa, acentuar todas as outras. Pois, de acordo com Gomes org. (2014) a política de educação tem passado por limitações.

No tocante a política de educação, esta sofre sérias limitações, sendo uma delas a redução de verbas; a desvalorização dos profissionais que atuam nesta área, como os professores; falta de condições dignas de trabalho, sejam humanas, matérias e de estrutura física, entre outras (GOMES, 2014, p. 3).

Ao retratar as limitações sofridas atualmente pela política de educação, fica nítido que uma das causas do fracasso escolar enfrentado pela escola, está diretamente relacionada à falta de políticas educacionais com projetos e programas que de fato funcionam.

A Constituição Federal de 1988, declara no seu,

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CONSTITUIÇÃO, 1988, p 123).

No entanto, tão importante quanto ter o direito à educação garantida por lei, é ter esse direito efetivado a partir de políticas educacionais que assegurem o ensino de qualidade que atenda a todos, independente de classe social.

O processo de acesso, permanência e conclusão qualifica-se como uma garantia do direito à educação. O direito à educação, sendo dever do poder público, é garantido à medida que são criados mecanismos concretos de efetivação desse direito (ROSA; et al, 2014, p. 124).

Enquanto não encontra saída para a efetivação dos direitos educacionais garantido em lei. Alunos estão sendo reprovados por não conseguir realizar atividades escolares a eles solicitadas, ou desistindo dos estudos por não se sentir

capaz intelectualmente para assimilar conhecimentos propostos pelos professores, e que para eles não fazem sentido, por não conseguir relacioná-los à vivência cotidiana.

Com relação a esses problemas, Rodrigues e Chechia (2017), acreditam que,

O que acontece, é que, ao invés de procura de métodos para desenrolar tais fracassos e achar recursos instantâneos, para que se aumente o grau de saberes e autoestima daqueles alunos que foram rotulados de fracassados, o que sobre sai é, a caçada por responsáveis causadores de tal fracasso. (RODRIGUES; CHECHIA, 2017, p. 3)

Enquanto procura-se pelos culpados pelo fracasso escolar do aluno, as consequências na vida do estudante que não consegue se enquadrar no sistema de ensino ofertado pela escola, podem ser de acarretamento de problemas emocionais e sociais. Conforme explica Rodrigues e Chechia (2017),

Assim, por meio desse desempenho insatisfatório percebemos que a interação que o aluno faz com sua aprendizagem, traz consigo a força do aspecto social, do histórico e do ideológico na constituição da sua pessoa, uma vez que fracassando, passa a sentir-se incapaz, não somente como aluno, mas também como pessoa. (RODRIGUES; CHECHIA; 2017, p. 3).

Em função disto, os problemas enfrentados no espaço escolar ocasionados por diversos fatores, que interferem direta e efetivamente no processo de ensino e aprendizagem, repercutem, ou até mesmo retratam, a realidade das desigualdades e das injustiças sociais.

Sanar ou minimizar essas injustiças, compromisso de todos, demanda um olhar mais interessado por parte dos que detém o poder, e a capacidade de implementar políticas públicas educacionais que atendam a essas demandas que dizem respeito à educação de qualidade para todos, conforme garantido em lei como na Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), Constituição Federal (1988), e a LDB (1996).

6 O FRACASSO ESCOLAR E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A rigor, a função social da escola está em formar as futuras gerações para a sua autonomia intelectual e social. Assumimos este como sendo o papel central a partir do qual a própria escola se justifique.

Considerando o recorte específico das dificuldades de aprendizagem, como uma das variáveis do fracasso escolar, no contexto deste trabalho e a partir de uma perspectiva da formação em Pedagogia há que se considerar a importância de uma maior atenção ao processo de ensino e aprendizagem concretizado pelas práticas pedagógicas do cotidiano das nossas instituições escolares. Tais práticas evidenciam-se no interior das nossas escolas, em especial as públicas garantindo - ou não - a inclusão e o sucesso acadêmico de todos os nossos alunos ainda que ressalvadas as respectivas aptidões individuais.

Exige-se que nossas instituições estejam preparadas para atender o pleno direito ao qual a Constituição de 1988 - ratificada pela LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei 9394 de 1996 - garante o acesso à educação básica de todos os brasileiros, asseverando-lhes o direito à aprendizagem, quer seja para aqueles que apresentem destreza de aprendizagem, quanto para aqueles que apresentem necessidades educativas especiais.

A Constituição Federal, em seu Capítulo II – artigo 6º declara que:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

Se a educação é garantida pela Constituição Federal como um direito social é importante, portanto, considerar os problemas que dizem respeito à democratização do acesso à educação e a formação de seus professores preparando-os para um atendimento pedagógico adequado e ajustado às demandas específicas do nosso alunado.

Libâneo (1989) apud Forgiarini e Silva (2009), ressaltam que:

Compreende-se que a democratização da escola pública vai além da democratização ao acesso. Passa pela adequação pedagógico-didática à clientela majoritária que frequenta essa escola para garantir a democratização do conhecimento. Para isso, a escola deve cumprir com sua função primordial, isto é, o ensino na perspectiva de construção do

conhecimento e não apenas como transmissora deste. (LIBÂNEO (1989) apud FORGIARINI; SILVA 2009, p. 9).

Há, portanto, um caráter construtivo formativo do conhecimento inerente à função social da escola. A democratização do conhecimento pressupõe uma autonomia na construção de saberes próprios que transcende a histórica transmissão dos conteúdos legitimados pela escola.

Complementando este raciocínio, segundo Carneiro (2007), a escola que busca efetivamente incluir e atender a todos os alunos, deverá prever suas práticas considerando os princípios estabelecidos pela Constituição Federal (art. 206) e na LDBN (art. 3º) que fundamentam a organização do ensino no Brasil. A articulação desses princípios deve estar associada a um conjunto de pré-condições para que a escola possa atender aos padrões de excelência na concretização de seu trabalho.

Essas precondições dizem respeito aos aspectos da organização escolar e da organização pedagógica. Em outros termos, envolvem cinco categorias de insumos, a saber:

1. insumos de base material (estrutura física e acervo de equipamentos);
2. insumos de base gerencial (tipo de planejamento e gestão flexível);
3. insumos de base instrumental (material instrucional e metodologias);
4. insumos de base mutacional (qualidade e diversidade dos quadros docente e técnico e, ainda, cultura da inovação);
5. insumos de base finalística (missão da escola, perspectiva e alcance dos cursos, função das disciplinas, significação do currículo e pertinência da avaliação). (CARNEIRO, 2007, p. 51-52).

É incontestável, no entanto, que a escola nem sempre conte com todos estes dispositivos administrativos organizativos, impactando diretamente nas condições das quais dispõe para efetivar um processo de ensino e aprendizagem com a qualidade esperada. Ainda que inquestionáveis sejam tais considerações, o presente estudo pretende concentrar-se nas pré-condições especificamente pedagógicas para o enfrentamento do fracasso escolar.

Fernandes (2013), ao tratar do direito do aluno em ter acesso a um ensino de qualidade, bem como os de ser atendido em suas especificidades, respeitado e incluído no espaço educacional, salienta que, cabe à escola preparar-se para atender às possíveis demandas específicas.

Na educação, isso significa que, mesmo que os alunos apresentem características diferenciadas decorrentes de quadros de deficiências, ou distúrbios de aprendizagem e desenvolvimento, ou, ainda, que apresentem condições socioculturais diversificadas e econômicas desfavoráveis, ainda

tem o direito de realizar uma escolarização em contextos comuns, os quais devem ser modificados para atender às suas necessidades. (FERNANDES, 2013, p. 90).

Inquestionáveis, portanto, que todo e qualquer aluno, independentemente de sua classe social, tem direito a uma aprendizagem de qualidade e que uma vez existindo alunos com dificuldades de aprendizagem diversas tem direito à uma educação de qualidade que o inclua no meio acadêmico. Surge a pergunta: por que então a escola não tem conseguido cumprir com este papel? Palco de elevados índices de evasão e repetência, ou mesmo de uma aprovação sem a assimilação dos conhecimentos indispensáveis à cada etapa dos estudos a escola tem apresentado dificuldades para corresponder à importância social que lhe cabe.

Luiz e Cerdeira (2016), fundamentados em Aquino (1997), enfatizam que “o fracasso escolar precisa ser associado ao processo de ensino – aprendizagem” uma vez que enquanto a culpa for atribuída exclusivamente ao próprio aluno, ou à sua família, a democratização das oportunidades de seu acesso e sua permanência, durante a sua trajetória acadêmica, estarão circunscritas por um discurso reducionista não sendo prioridade efetiva em nossas escolas. Observa-se que por muito tempo, as adversidades enfrentadas para a aquisição das habilidades cognitivas de nossos alunos, durante a sua escolarização, foram sendo atribuídas como de responsabilidade exclusiva quer seja do próprio aluno, quer seja de sua família; prática esta ainda bastante frequente em algumas das nossas escolas.

Aos poucos, no entanto, essa visão descontextualizada vem sendo revista conforme bem esclarecem Rodrigues e Chechia (2017),

No entanto, observa-se que a Psicologia vem contribuindo para a educação na forma de demonstrar que o fracasso escolar e social não está no indivíduo, em sua família ou em sua raça. Críticas preconceituosas são feitas a algumas décadas de que o fracasso escolar está nos negros e pobres que somente os ricos, que é a classe elitizante está favorável ao sucesso. (RODRIGUES; CHECHIA, 2017, p. 3).

Para além dos conhecimentos pedagógicos específicos e de sua necessária atualização outros campos do saber poderão contribuir significativamente para a qualificação e a habilitação do quadro docente. Profissionais que atuam no contato direto com nossos alunos, os professores têm sido exigidos em suas rotinas cotidianas a alargarem as concepções que durante séculos sustentarem as nossas

atividades e práticas. Neste sentido, aprender a reaprender é uma exigência cada vez mais acentuada para os profissionais da educação

A capacitação dos professores, através tanto da formação inicial e, em especial, de sua formação continuada é essencial para oferecer um ensino de qualidade aos nossos alunos. Libâneo (2004) esclarece que:

A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional. (LIBÂNEO, 2004, p. 227).

Tanto a formação inicial quanto a formação continuada dos professores, podem ser uma decorrência direta das exigências do sistema educativo, da percepção dos docentes em atender seus desejos, ou ainda de resolver problemas que encontrem em sua prática pedagógica. Seja lá qual for a sua motivação, o importante é que a formação em conhecimentos pedagógicos capacite os professores a lidar com segurança e eficiência no exercício de sua profissão buscando aperfeiçoar-se para a mediação do processo de ensino e aprendizagem para um atendimento efetivo a todos os nossos alunos. De acordo com Farias (2011, p. 6) “*A formação continuada do professor tem como um dos seus objetivos o conhecimento do indivíduo enquanto pessoa, profissional e como cidadão*”.

Persiste a necessidade de formação para além de concluir a uma formação inicial. Dando continuidade ao aperfeiçoamento profissional com a formação continuada é notório que tal formação esteja para muito além de um curso de atualização. É entendida como um processo contínuo construído no dia-a-dia da escola visando a compreensão e o gradativo aperfeiçoamento de nossas atividades diárias.

A formação de docente tem sido uma das principais diretrizes das políticas da educação nacional na atualidade, tendo na formação continuada a perspectiva de fundamentar os docentes que atuam desde creches, pré-escolas até o ensino médio, perpassando reflexões no âmbito cultural, pedagógico, político e ético. Fundamentar em diferentes áreas de conhecimento com ações concretas que possam fortalecer a educação básica, principalmente no contexto das escolas públicas. (FARIAS, 2011, p.7)

A formação do professor é reconhecidamente um dos fatores mais importantes para a promoção de padrões de qualidade adequados na educação. *“O professor precisa tomar consciência da extensão desse processo formativo, alargado com aspectos pedagógicos, políticos e econômicos, aspectos estes que interferem diretamente no seu cotidiano docente e social”*. (FARIAS, 2011, p. 6).

Em função disso o processo de formação de professores do ensino fundamental, assim como as demais etapas de ensino, é decisivo, para que possam ter o preparo necessário na mediação, na intervenção, criando ações educativas relevantes para o aluno de forma que a aprendizagem se efetive com qualidade.

Fernandes (2013) ressalta que os fundamentos teóricos metodológicos escolares de acordo com a LDB de 1996, centralizam-se numa concepção de educação de qualidade para todos, no respeito à diversidade dos educandos.

Assim, em face das mudanças propostas, cada vez mais tem sido reiterada a importância da preparação de profissionais e educadores, em especial do professor de sala de aula, para o atendimento das necessidades educativas de todos os estudantes.

Outros modelos, desenvolvidos mais recentemente, derivados da psicologia desenvolvimental e cognitiva têm providenciado uma nova visão das dificuldades de aprendizagem sugerindo que a criança com esse problema falha em lidar eficientemente com a tarefa, em buscar estratégias apropriadas à resolução da mesma e orquestrar sua utilização (Palinscar e Brown, 1987), devendo a instrução ser dirigida para permitir ao aluno exercer esforços autoconscientes, deliberados e estrategicamente aplicados com relação à aprendizagem dos conteúdos acadêmicos. A ênfase é colocada em aumentar o conhecimento do aprendiz sobre as exigências da tarefa, ensiná-lo a usar estratégias apropriadas para facilitar a execução da mesma e ensinar o aluno a monitorar o sucesso da estratégia utilizada. (MACHADO, 1993, p. 20).

Evidencia-se a partir dos autores que inspiraram a presente seção que a formação docente é um processo inacabado. Própria ao ato de educar a incompletude antes de um revés é uma virtude essencialmente pedagógica a ser incentivada em nossos cursos de formação. A mediação própria ao ato pedagógico pressupõe que o diálogo se mantenha em aberto...

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa, percebemos que o que denomina o fracasso escolar, é na realidade uma grande variedade de situações vinculadas a expectativas de aprendizagem não correspondidas. Ficou evidenciado que não há um fator único a intervir negativamente no processo de ensino e aprendizagem de nossos alunos. São vários os problemas que podem fazer com que um aluno não alcance as habilidades e competências desejáveis, ou em outras palavras, aprenda com a qualidade que se espera; chegam a ser promovidos para a série seguinte sem adquirir os conhecimentos necessários para a sua aprovação provocando uma defasagem em seu processo de aquisição dos conhecimentos mínimos indispensáveis para cada série/ano muitas das vezes provocando a própria desistência dos seus estudos.

Ficou evidente durante a nossa pesquisa que alguns problemas podem estar diretamente relacionados aos alunos, tais como e especialmente, os distúrbios de aprendizagem. Outros tantos parecem estar relacionados a práticas pedagógicas descontextualizadas e à uma possível inabilidade didática. Evidencia-se a falta de políticas públicas de educação com programas e projetos que façam a diferença na qualidade dos serviços educacionais oferecidos em grande parte das nossas escolas.

O fracasso escolar é uma realidade e um desafio a serem superados que perduram há décadas. A democratização do acesso e a permanência com sucesso dos alunos na sala de aula do ensino regular é necessária, possível e desafiadora.

No entanto, a proposta de educação deve ser analisada com base no contexto político, econômico, social e educacional brasileiro, para que a escola possa se adequar, buscando a implementação de um sistema de educação voltado para o atendimento a todos os alunos, contextualizado à realidade das populações atendidas, de um espaço físico adequado e da formação e qualificação dos professores para atender a este fim.

Ainda que a família possa ter uma parcela de contribuição para o sucesso ou mesmo o fracasso escolar de seus filhos, considerando sua disponibilidade para o afeto, a atenção e o incentivo para a aprendizagem, há que se considerar que existe um lugar socialmente constituído para os fins da transmissão da cultura e dos

saberes historicamente acumulados pela humanidade: a instituição escola, o espaço escolar.

Nesta instituição criada especificamente como espaço privilegiado do processo de ensino e aprendizagem, tem lugar a mais legítima construção de conhecimento sistematizado. Ambiente idealizado para que o professor possa planejar, organizar espaços que favoreçam e promovam atividades educativas intencionais e no qual os estudantes possam brincar, interagir e aprender de forma significativa e prazerosa.

Portanto, mediante o exposto, percebe-se a necessidade de políticas públicas educacionais, com ações que envolvam todos os participantes do processo educacional do ensino fundamental na busca por educação de qualidade para todos. O aluno quando não alcança o sucesso esperado nos estudos tem a auto-estima e a autoconfiança abaladas, excluído, por dentro ou por fora, do processo educacional e vulnerável socialmente.

A partir deste estudo, espera-se estimular várias outras indagações e pesquisas, que possam contribuir para reverter o quadro do fracasso escolar, presente em nossas escolas no cotidiano dos nossos alunos diretamente afetados por este fenômeno. Entendemos que as consequências mais diretas de uma qualidade do ensino ofertado muitas das vezes ineficiente, tem impacto direto sobre o aluno bem como sobre a sociedade uma vez que as consequências do "fracasso escolar", por vezes, tem acarretado em processos de exclusão e de marginalização social.

REFERÊNCIAS

BOSSA, Nádya A. **Fracasso Escolar, um olhar psicopedagógico**. Porto Alegre: ARTMED EDITORA S.A, 2006.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CARNEIRO, Moaci Alves. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CIASCA, Sylvia Maria. **Distúrbios de aprendizagem: proposta de avaliação interdisciplinar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

ESTEBAN, Maria Teresa. **O que sabe quem erra? Reflexões sobre avaliação e fracasso escolar**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FARIAS. Maria da Salete Barboza de. **Gestão e formação: um reencontro com a prática**. Universidade Federal da Paraíba/Brasil. 2011. Disponível em <www.anpae.org.br > *MariaDaSaleteBarbozaDeFarias_res_int_GT8*>. Acesso em 08 de dez. 2018.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial**. Livro eletrônico (Série Fundamento da Educação), Curitiba: Ibpx, 2013.

FORGIARINI, S. A. B.; SILVA, J. C. da. (2008). **Fracasso escolar no contexto da escola pública: entre mitos e realidades**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/369-4.pdf>. Acesso em 31 de janeiro de 2019.

FRANCESCHINI, Belinda Talarico et al. **Distúrbios de aprendizagem: disgrafia, dislexia e discalculia**. Educação, Batatais, v. 5, n. 2, p. 95-118, 2015. Disponível em <https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=FRANCESCHINI +ET+ALL %2C2015>. Acesso em 22 de janeiro de 2018.

GOMES, Paula Lopes et al. **Serviço social na educação**: uma relação necessária para se compreender a complexidade do ensino/aprendizado brasileiro. CONEDU, Congresso Nacional de Educação, 18 a 20 de setembro de 2014. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/Modalidade_1datahora_05_07_2014_19_29_55_idinscrito_2881_dae59f314a11c8641f57f9d656f3b898.pdf. Acesso em: 17 de jan. 2019.

JESUS, Tatiane Dantas Silva de. **A produção do fracasso escolar**: apontamentos acerca do erro e resiliência no contexto educacional. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. Ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LUIZ, Jhessica Soares Wagner; CERDEIRA, Valda Aparecida Antunes. **Fracasso escolar**: possíveis causas e consequências. Itapeva: Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva, 2016.

OLIVEIRA, P. **As práticas de letramento da família e as dificuldades de aprendizagem**: perspectivas para o debate. 2011. 93f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, SP, 2011. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR_1af26725861cb04af05284a731760536>. Acesso em: 20 mai. 2019.

PALMA, R. C. de B. **Fracasso escolar**: novas e velhas perspectivas para um problema sempre presente. 2007. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar, histórias de submissão e rebeldia**. 2 ed. São Paulo: Casa do psicólogo, 2000.

PEZZI, Fernanda Aparecida Szarecki; MARIN, Angela Helena. Fracasso escolar na educação básica: revisão sistemática da literatura. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 25, n. 1, p. 1-15, mar. 2017. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413389X201700010001&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 07 mai. 2019.

POZZOBON, Magda; MAHENDRA, Férita; MARIN, Angela Helena. Renomeando o fracasso escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 21, Número 3, Setembro/Dezembro de 2017: 387-396. Disponível em: [www.scielo.br › pdf › pee › 2175-3539-pee-21-03-387](http://www.scielo.br/pdf/pee/2175-3539-pee-21-03-387). Acesso em 07 mai. 2019.

RODRIGUES, A.; CHECHIA, V. A. **O fracasso escolar e suas implicações no processo de ensino e de aprendizagem**. *Psicologia: Saberes & Práticas*, v. 1, n. 1, p. 29-36, 2017. Disponível em <<http://unifafibe.com.br/revistasonline/Arquivos/psicologiasaberes&praticas/Sumario/60/11122017213806.pdf>>. Acesso em: 14 de abril de 2018.

ROSA, K. S et al. **Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa: repercussões da Provinha Brasil**. 2014. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, RS, 2014.

SIQUEIRA, C. M.; GIANETTI, J. G. Mau desempenho escolar: uma visão atual, **Revista Associação Médica Brasileira**, v. 57, n. 1, p. 78-87, 2011. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0104423011702986>>. Acesso em: 09 out. 2019.

WEISZ, Telma. **O Diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2002.